

XVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFJF

Grande área:

Ciências Sociais Aplicadas

Projeto:

DIREITO À PATENTE E INTERVENÇÃO DO ESTADO: O CASO DAS DOENÇAS NEGLIGENCIADAS.

Autores:

CAMILA DELGADO DOTTA (XX PIBIC 2011/2012)

PEDRO RIBEIRO VISCARDI (XIX BIC 2011/2012)

LUCIANA TASSE FERREIRA (XIX BIC 2011/2012)

MARCOS VINICIO CHEIN FERES (ORIENTADOR)

Resumo:

Este projeto encontra-se inserido na temática central do Grupo de Pesquisa, Argumentação, Direito, e Inovação. Integridade e identidade sugerem um processo de reconstrução crítica no momento de criação e aplicação do Direito. Dworkin (1985) e Taylor (1989) são os referenciais teóricos dessa necessária interpretação da legislação de proteção à propriedade industrial com vistas a resolver o dilema das doenças negligenciadas. A matriz argumentativa estruturante do conceito de Direito é essencial ao estudo dogmático da propriedade industrial. Importa destacar ainda que avançar num estudo crítico da dogmática hoje existente sobre direitos de propriedade intelectual requer um aprofundamento teórico mais substancial no que concerne aos fundamentos de uma decisão judicial ou administrativa a qual interfere não só na atribuição de direitos ao indivíduo, mas também na implementação de políticas públicas de cunho social. Nesse sentido, indaga-se quais são os critérios jurídicos para avaliar o processo de intervenção do Estado na economia a fim de fomentar políticas públicas que auxiliem o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças negligenciadas, como malária, leishmaniose, esquistossomose, doenças de Chagas, tendo em vista a relação entre direito à saúde e direito à patente. Considerando a teoria do direito como integridade e a teoria moral do self, afirma-se que o incremento na pesquisa e desenvolvimento de drogas para doenças negligenciadas deve seguir os parâmetros da Lei nº 9279/96, não só pela mera aquisição de exclusividade para corrigir a falha de mercado da imitação, mas também pelo incentivo a investimentos no setor de farmacêutico por meio de políticas públicas instituídas por planejamento governamental a fim de corrigir a falha de mercado derivada da não atratividade econômica desse mercado consumidor em países periféricos. Metodologicamente, a pesquisa consiste numa abordagem qualitativa por traços de significação, por meio do procedimento da análise de conteúdo cujas unidades de análise são os textos teóricos sobre direito de patente e direito à saúde, as decisões administrativas e judiciais. Os resultados alcançados até o momento consistem na possibilidade de se aplicar o processo de

interpretação com fundamento na integridade jurídica e na identidade tayloriana para se reconstruir o sentido da legislação de patentes com vistas a facilitar políticas públicas de incentivo a produção e comercialização de drogas para doenças negligenciadas